



II SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA

Figuração, interculturalidade e
relação de poder

9 a 11 de junho de 2021
Manaus-AM-Brasil

ISBN: 978-65-89908-54-8

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS COMO ESPAÇOS CIVILIZADORES EM MATO GROSSO (UNO) 1965-1975

II Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, 2ª edição, de 09/06/2021 a 11/06/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-54-8

VARGAS; Priscila Demeneghi ¹, KUSMINSKI; Vanessa ², SARAT; Magda ³

RESUMO

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS COMO ESPAÇOS CIVILIZADORES EM MATO GROSSO (UNO) 1965-1975

Priscila Demeneghi Vargas

Vanessa Kusminski

Magda Sarat

Resumo: Este artigo dialoga com pesquisas realizadas por integrantes do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador – GPEPC, da faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. O objetivo deste trabalho é analisar tais pesquisas, que discorrem sobre a história das instituições educativas em suas investigações, sob a perspectiva sociológica de Norbert Elias (1993; 2011). Os espaços escolares utilizados como modelo empírico estão localizados no município de Dourados no antigo Mato Grosso uno e consideraremos para análise o período de 1965-1975. Para tanto, utilizaremos teóricos que abordam a história das instituições educativas, que se constitui como um meio social para civilizar a infância, e as teorias Eliasianas relacionadas ao Processo Civilizador, buscando suas contribuições para discutir o lugar da instituição educativa na formação da criança.

Palavras-chave: Processo Civilizador. Espaços Civilizadores. Infância

Resumen: Este artículo dialoga con investigaciones realizadas por miembros del Grupo de Investigación Educación y Proceso Civilizador - GPEPC, de la Facultad de Educación de la Universidad Federal de Grande Dourados - UFGD. El objetivo de este trabajo es analizar dichas investigaciones, que discuten la historia de las instituciones educativas en sus investigaciones, bajo la perspectiva sociológica de Norbert Elias (1993; 2011). Los espacios escolares utilizados como modelo empírico están ubicados en el municipio de Dourados en el antiguo Mato Grosso Uno y consideraremos para análisis el período 1965-1975. Para ello, utilizaremos teóricos que tratan de

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

la historia de las instituciones educativas, que es un medio social para civilizar la infancia, y las teorías Eliasianas relacionadas con el Proceso Civilizador, buscando sus aportes para discutir el lugar de la institución educativa en la formación del niño.

Palavras Chave: Proceso civilizador. Espacios civilizadores. Infancia

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma reflexão inicial sobre instituições educativas voltadas para o atendimento da infância no município de Dourados, no antigo Mato Grosso uno, considerando o período de 1965-1975, buscando uma aproximação com a teoria sociológica de Norbert Elias (1993; 1994) e outros autores/as como Veiga (2009), Boto (2010), Sarat (2012) e outros. Neste caminho teórico, nos propomos a discutir aspectos referentes a teoria dos Processos Civilizadores de Norbert Elias (1993; 2011), quando o autor aborda os processos das sociabilidades ocidentais e os modos chamados civilizadores, a partir dos manuais de etiqueta da corte. Buscamos compreender o lugar da instituição educativa na formação da criança, pois esta, se constitui em um espaço social para civilizar a infância, considerando os aspectos abordados nestes espaços, como a disciplina, as normas de comportamento, o currículo e a manutenção de modos e padrões de etiqueta que só são ensinados no espaço escolar.

Dito isto, o interesse por esta temática surgiu a partir de pesquisas que investigam a história de instituições educativas, realizadas por integrantes do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador – GPEPC, da faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, trabalhos que contam com análises sob a perspectiva teórica de Norbert Elias em seus variados temas e abordagens. O contato com tais investigações nos despertou um olhar reflexivo sobre as instituições educativas, bem como sobre o processo civilizador e as relações de poder existentes nestes lugares, expressando toda a sua gama de complexas interações.

Buscamos nesta análise, destacar elementos, a partir das instituições investigadas, que contribuam para refletirmos sobre o Processo Civilizador, como estes espaços tornam-se civilizacionais, como seus modos se organizam e de que modo suas práticas existem e são efetivamente instauradas no sentido da sua manutenção. Considerando que as relações entre os indivíduos, seus movimentos de dependência e interdependência estão presentes nestes processos e fazem parte da história, ressaltando que “a história é sempre história de uma sociedade, mas, sem a menor dúvida, de uma sociedade de indivíduos” (Elias 1994, p. 45), nosso público investigado será sempre o escolar, os indivíduos da escola.

Instituições educativas como espaços civilizadores e a infância

Nessa perspectiva, buscamos evidenciar e compreender como tais instituições educativas estiveram presentes na formação das crianças da região de Dourados no antigo Mato Grosso Uno entre os anos de 1965 a 1975. O estado de Mato Grosso assim chamado, pois neste período ainda não havia sido dividido entre Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, conforme a Lei Complementar N.º 31 de outubro de 1977, considerando o recorte temporal deste artigo utilizaremos esta nomenclatura.

Portanto, todo o período esteve marcado por tensões políticas devido a implantação da Ditadura Militar, e os movimentos expansionistas no país que vai marcar o movimento de ampliação e ocupação demográfica da região, a qual o município havia sido resultado em décadas anteriores. O município de Dourados é o segundo maior município do estado, localizado a 210 quilômetros de distância da capital do estado, Campo Grande, e a 100 km da fronteira com o Paraguai, Pedro Juan Caballero.

Sua história de colonização encontra-se permeada por processos de expansão demográfica que envolvem indígenas e também não índios (MONTEIRO, 2021). Getúlio Vargas em seu governo

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

impulsionou e incentivou esse crescimento, através da criação de políticas que favoreciam a ocupação de terras, tendo em vista a pretensão do desenvolvimento agrário da região, “[...] pretendia-se desenvolver regiões urbanas e industriais, para qual, tornava-se necessário integrar o interior do país à economia nacional” (SANTANA JÚNIOR, 2009, p.4). Portanto, nesse projeto desenvolvimentista a educação também fazia parte dos ideais de civilidade e da modernização da região.

Nesse contexto, destacamos a criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND), que se oficializou com o Decreto de Lei Federal n.º 5.941 de 28 de outubro de 1943, com esta fundação visava-se a colonização da região mediante o oferecimento de terras, pelo governo para atrair imigrantes, “[...] atraiu para a região grandes contingentes de imigrantes brasileiros e também estrangeiros, sobretudo, os japoneses, que tinham como objetivo principal o cultivo de novos cafezais” (MONTEIRO, 2021, p. 103). Com a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), os colonos e a população da região passaram a exigir escolas e instituições educativas. Embora, nos pareça ser essa uma grande preocupação dos grupos de imigrantes, e a princípio não havia muito interesse como projeto local. Assim após a chegada de determinados grupos sociais o Regulamento da Colônia Municipal de Dourados previa iniciativas dado este aumento populacional.

Podemos dizer que a gênese da criação das instituições educativas no município esteve ligada a percepção dos grupos que chegaram para colonizar a região provindos da CAND. Deste modo, essas instituições foram criadas através do decreto como função do estado na qual a presença dos filhos dos colonos era obrigatória (REAL, 2004).

Outro aspecto da presença da instituição educativa como parte de um projeto civilizador para a região que pretende crescer a partir da educação dos grupos sociais está ligado, a dois aspectos, especialmente no município de Dourados na década de 1960, a caridade e a filantropia. Tais conceitos estavam muito presentes e começam a se organizar com o intuito da criação de instituições para o atendimento da infância do município. Estes movimentos estavam associados aos preceitos religiosos e buscavam aliar-se a uma proposta de civilidade social, era um projeto civilizador, de uma educação civilizadora que utilizava expressões ao se referir a essas instituições como “[...] necessária a qualquer cidade civilizada” (O PROGRESSO, 03/09/1966, p. 6). Percebemos o interesse com a criação destas instituições que tinha em vista a dita necessidade de civilizar a infância. E civilizar a infância e a criança seria também, controlar seus modos de ser, de se comportar e de regular as crianças, ensinando-lhes padrões e normas específicas de portar-se socialmente de modo a torna-la parte de determinado grupo. Neste contexto, entre os períodos de 1960/1970, e 1970/1980 registrou-se no município de Dourados um aumento demográfico considerável, enfatizando a necessidade da fundação de instituições que oferecessem o amparo à infância do município (REAL, 2000).

Tal aumento demográfico e também dos problemas que advém com o aumento populacional de uma cidade pequena aliada a um projeto de educação civilizadora prevista para todos os indivíduos, percebemos que o período do recorte temporal abrange um período político que marcará a educação em suas concepções, influências e práticas institucionais. Pois ao elegermos o momento que se cria instituições de atendimento a infância entre as décadas de 1960/1980, mais especificamente 1965/1975 enfatizamos o regime político de Ditadura Militar, então importante destacar a relação paradoxal apresentada por Roberto e Santos (2020), onde de um lado estavam a violação dos direitos humanos e a censura, por outro, “iniciou-se um período de investimentos crescentes para a formação de um sistema nacional de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico que superasse os arranjos personalistas, dependentes da elite” (p. 447).

Foi nesse período duro e complexo de retirada de direitos, torturas, crimes contra o país e contra as instituições e as pessoas que também surge espaços educativos como a Coordenação de Apoio de Pessoal de Nível Superior (CAPES), propiciando a formação de novos cientistas, por um lado e por outro ações propostas para a educação na qual podemos destacar aquelas em prol da privatização do ensino e a busca da inserção obrigatória da disciplina “Educação Moral e Cívica” em todos os níveis de educação no país (CUNHA, 2014). Estas disciplinas falavam por si só no sentido de criar esses espaços de conduta regulada e controlada no indivíduo especialmente considerando o período e o regime citado. Assim, podemos apontar que os projetos civilizadores a partir da educação tiveram muito efeito nas instituições pois começaram a ser implantados desde

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

a infância.

Nesta direção, considerando a infância como uma etapa primordial na vida dos indivíduos, os espaços educativos estão presentes e marcam a vida da criança, nas instituições se estabelecem as interações sociais e as experiências fundamentais na vida do indivíduo, onde e quando estes vivem a sua infância e se constituem como pessoas. A infância seria uma condição da criança e “[...] um espaço no qual a brincadeira, a imaginação e a fantasia estão presentes como formas de compreender, questionar e estabelecer relações com o mundo que a cerca” (SARAT; CRUZ, 2018, p. 11) e parte deste tempo da infância ela vive em instituições educativas.

Assim, considerando o tempo que a criança vive parte considerável de sua infância e das rotinas nas instituições educativas com propostas pedagógicas específicas, neste momento estão sempre presentes muitas perspectivas de aprendizado que podemos apresentar a partir do que Elias trata como “processos civilizadores” que permeia a infância em todos os sentidos, e também está presente nestes espaços. Portanto, ao tratar deste conceito, nos fundamentamos em Norbert Elias quando o autor aborda que processos civilizadores são constituídos ao longo prazo, não estão prontos e acabados e acontecem de modo não linear e a partir das relações entre os indivíduos. E ensina que “[...] as relações sempre estão mudando e o desafio se impõe toda vez, de novo e de novo” (SARAT, 2012, p. 493), tais relações de poder, normas e regras estão em constante movimento e são adquiridas nas redes de interdependência que vamos mantendo ao longo da vida em todas as figurações sociais das quais fazemos parte, portanto:

[...] planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui-generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador (ELIAS, 1993, p. 182).

Neste contexto, todos estamos inseridos, no entanto a criança faz parte deste processo ainda no período de formação, estabelecendo tais experiências nas instituições educativas em um contínuo aprendizado, pois ela está sujeita, aberta e exposta as inúmeras vivências neste espaço. Desse modo, o espaço faz parte desta formação para a civilidade, considerando suas normativas, suas formas de disciplinar, sua convivência social pois a “[...] A civilidade estrutura-se como estratégia de formação; e, portanto, como fator de coesão e persuasão social” (BOTO, 2010, p. 42). Portanto, os projetos civilizadores atuam socialmente conforme as mudanças, assim como, os processos de civilidade vão atendendo aos objetivos sociais, muitas vezes esperados pela família e pelos códigos e etiquetas da convivência em sociedade, e isso se dá pelo caráter civilizador que a instituição educativa imprime às suas atividades cotidianas:

A criança, no âmbito dessa vida entre regras, aprenderá a lidar com normas e com rituais que serão distintivos. Ela obterá hábitos de obediência; sim. Mas criará também hábitos de convivência, concentração, atenção, perseverança, disciplina, controle de si. No limite a escola institui, por seus ritos, por suas palavras e por seus sinais, uma cultura que lhe é própria; e que terá certamente um **caráter civilizador** (Ibid, p. 38, grifo nosso).

Sendo assim, refletimos sobre a atuação das instituições educativas na constituição do indivíduo civilizado em suas relações e figurações, com seus modos e costumes, pois o processo escolarizador “[...] compreende uma dinâmica repleta de conflitos e tensões entre redes de indivíduos, grupos e instituições (escola, família e Estado) interdependentes, uma vez que o equilíbrio de poder entre estes elementos se faz de maneira bastante diferenciada (VEIGA, 2009b, p. 19). Os espaços educativos se constituem em um ambiente de aprendizagens, experiências e

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

interação social para as crianças e, todos estes espaços são a seu modo também civilizadores, como toda a sociedade com seus projetos educativos, ávidos por alcançar as crianças e torna-las os indivíduos que se espera para o grupo ao qual ele faz parte.

A Educação e a formação do indivíduo civilizado nas instituições

As teorias Eliasianas nos instigam a busca pela compreensão de aspectos educacionais e seus efeitos na formação social da criança, pois, para Elias (2011; 1993), vivemos em uma sociedade formada por indivíduos que vivem em uma relação de interdependência, a qual, une grupos de indivíduos que possuem interesses semelhantes, assim temos desenvolvido, pesquisas no âmbito do GPEPC (CRUZ, 2014; KOCHI, 2017; FERREIRA, 2019; SILVA, 2020; KUSMINSKI, FARIA e SARAT, 2020) que dialogam entre si e mostram apontamentos sobre a história de instituições educativas, memórias das práticas efetivadas e permitem a reflexão sobre tais conceitos.

Neste contexto, as instituições educativas constituem-se em figurações determinantes no que pode se chamar de “ideal civilizatório” almejado pelas intenções de progresso de uma determinada civilização. Neste caso, ao observarmos o município de Dourados percebemos o resultado de recente colonização, que apresenta aspectos formativos em sua região de fronteira toda atravessada por movimentos migratórios e imigratórios, nos quais percebemos os elementos constituintes na formação da cidade que implicaram e, se expressaram, na formação e na educação da criança douradense, recebendo influência das diferentes culturas das quais ela era proveniente.

Um destes exemplos foi pesquisado por uma de nossas colegas do Grupo de Pesquisa (GPEPC) na luta das mulheres japonesas para manter viva e permanecer as culturas imigrantes por meio da constituição de uma instituição para filhos de imigrantes Japoneses, e assim elas criaram uma instituição educativa na região. Conforme apresenta Kochi (2017), a Escola de Língua Japonesa tinha como objetivos para a formação, além da transmissão do legado histórico da língua Japonesa outras motivações:

Portanto, podemos dizer que foi em busca dessa educação moral e cultural, dos modos e comportamentos que se aprendem e se apropriam, por meio do ensino de língua, que os/as imigrantes japoneses/as de Dourados e região se envolveram em um projeto de “Escola” defendendo essa premissa (p. 64).

A referida instituição tinha em seu bojo essa proposta civilizadora de ensinar os modos, os valores e os padrões de uma cultura civilizada e de acordo com modelos previamente definidos no país de origem. Pautada na educação moral e cultural eram os objetivos da instituição acima investigada. Estes aspectos também foram observados no trabalho de Kusminski, Faria e Sarat (2020), ao pesquisar uma instituição da região ao tratar da documentação da instituição que expressa em suas atas os modos como a escola concebia as festividades e os modos de celebrar os atos civis e os ritos comemorativos que denotavam o respeito a pátria, com a “recorrência dos ritos cívicos ao longo do ano letivo e não somente em datas como Proclamação da Independência ou República” (p. 413), mas estas atividades se estendiam com a realização de desfiles cívicos, gincanas e outras ações decorrentes de um contexto político ainda na Ditadura Militar que visava disseminar elementos da cultura nacional pautada na regulação dos costumes, na disciplina e no ordenamento social.

Podemos inferir que as práticas desenvolvidas nestas instituições educativas contribuíram para formar o indivíduo e suas concepções acerca das temáticas que o cerca, como é o caso do patriotismo, implícito tanto no caso japonês, quanto no brasileiro. Pois, apesar de muitas vezes não nos darmos conta, a civilização a qual estamos inseridas/os é parte de um longo processo social ao qual estamos envolvidas/os desde o nascimento, pois o que ocorre é que “o código social de conduta grava-se de tal forma no ser humano, desta ou daquela forma, que se torna elemento

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

constituente do indivíduo” (ELIAS, 2011, p. 181), o que é internalizado e Elias vai chamar de uma segunda natureza.

Neste trabalho, recorte de pesquisas em andamento, a proposta é pensar os conceitos de processos civilizadores ou do que seria civilizador como elementos da nossa educação ou da formação dos indivíduos que estão presentes em todas as figurações, nas quais estamos envolvidos em inúmeras redes de dependência e interdependência que fazemos parte. Tais redes propiciam, fomentam e instigam as relações de poder existentes entre os indivíduos e estão presentes nos seus registros e suas expressões. Uma das percepções por nós apreendida foram em documentos institucionais, especialmente se considerarmos que tais documentos são construídos por indivíduos assim “[...] nos documentos registrados como nos relatos dos entrevistados na instituição, as normas eram claramente impostas, bem como, em aspectos de cobrança” (KUSMINSKI; FARIA; SARAT, 2020, p. 414) para com aqueles que as frequentavam, e assim as instituições vão exercendo seu poder e ganhando espaço nas inúmeras figurações onde a criança precisa transitar. No entanto o poder não é estático ou valor apenas de algum, ele está presente com todos, pois no âmbito do que Elias denomina “balança de poder”, está no cotidiano das instituições, e o pêndulo sempre se move a favor do mais forte, no caso a direção escolar, a coordenação, daqueles que fazem a gestão da instituição.

Nesse processo também educativo as crianças aprendem e as relações de poder podem ser observadas na autoridade que os adultos exercem sobre estas, designando modelos de comportamento que devem ser seguidos, criando estratégias para a submissão de regras, impondo um autocontrole aos pequenos, segundo Veiga (2009a, p. 4) “a civilização das crianças diz respeito à educação de suas pulsões “[...] quanto mais complexa uma sociedade mais se demanda comportamentos guiados pela auto coerção”.

Sobre o controle e autocontrole, necessário no curso de um processo civilizatório que também é social cultural apoiada nas teorias de Elias, Sarat (2012, p. 14) nos diz:

Ainda sobre o contexto de controle e autocontrole, é preciso lembrar que na atualidade as concepções mais avançadas pretendem que as crianças sejam protagonistas na sua educação, entendendo que os processos e espaços civilizadores são mediados por diferentes experiências sociais nas quais elas participam. As normas que regulam o comportamento das crianças, autorregulam as ações e as emoções as formas de expressão no grupo, são ações que têm como objetivo final a inserção social dos indivíduos e a continuidade geracional, ocorrendo num movimento contínuo ou em movimentos de dependência e interdependência no grupo.

Assim ele não é feito de modo imposto, sem que haja uma parcela de transgressão ou participação da criança se considerarmos a atualidade, ou mesmo as sociedades mais complexas que exigem também das crianças um alto grau de regulação dos comportamentos. Portanto, é uma situação de mão dupla o poder é relacional como o próprio Elias trata ao referir-se a esta possibilidade entre pais e filhos, adultos e crianças, em seu texto “A Civilização dos Pais” (ELIAS, 2012). Em uma outra pesquisa do nosso grupo em perspectiva de análise Eliásiana sobre a educação, a fronteira e suas representações com base na historiografia regional, Ferreira (2019, p. 214) afirma que a instituição educativa “[...] no desenvolvimento dos processos civilizadores, passou a representar o caráter civilizatório de uma sociedade, pois uma população escolarizada é civilizada, mas ela também é produto desses processos”. Ainda em conformidade com o autor, a escola passa a se constituir um espaço para a preparação da criança para a vida adulta, propondo intervenções pedagógicas com um caráter profissionalizante, marcado pela disciplina e com o objetivo de autorregular o indivíduo.

Assim, Elias vai dizer que nesse movimento processual, as crianças, “vão se tornando adultas, individualmente, por meio de um processo social civilizador que varia segundo o estado de desenvolvimento dos respectivos modelos sociais de civilização” (ELIAS, 2012, p. 469). No caso dos modelos sociais da localidade estudada, a criança, por meio das ações preconizadas nas instituições educativas cresce e internaliza os valores sociais estabelecidos que guiarão e

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

determinarão o nível de civilidade existente para as próximas gerações e ditando as regras e os padrões do que precisa ser observado na continuidade. Esta perspectiva geracional e fronteiriça tem sido analisada também em trabalhos docentes ao pesquisarmos a partir das teorias Eliasianas as trajetórias de professoras da infância na fronteira de Ponta Porã/PR e Pedro Juan Caballero/PY. Silva (2020), buscou identificar nas memórias docentes aspectos que informam como estas professoras trabalhavam condutas para induzir as crianças a realizar determinados comportamentos que eram esperados pelos adultos:

[...] retratam algumas relações estabelecidas entre professoras e estudantes dentro do espaço educativo, dando a ver que situações como a falta de liberdade, os castigos e formas diversas de comportamento evidenciavam relações de poder e aspectos característicos ao período sócio-político da época, permeando o cotidiano das escolas, algumas práticas docentes e influenciando a formação do indivíduo (SILVA, 2020, p. 165).

Tais condutas, como privação da liberdade e castigo, levam as crianças a preverem seus atos, a treinarem e desenvolverem o que Elias denomina como autocontrole, segundo o teórico, “esse autocontrole é instilado tão profundamente desde essa tenra idade que, como se fosse uma estação de retransmissão de padrões sociais, desenvolve-se nele uma auto supervisão automática de paixões” (ELIAS, 1993, p. 202). Desse modo, o indivíduo aprende a trabalhar/ controlar seus impulsos emocionais.

Estes modelos de identificação das coerções nos processos de escolarização das infâncias na região de Dourados, esteve presente e também foi pesquisado por nós na investigação de Cruz (2014), na qual ela informa que as práticas de punição foram elemento de controle das ações das crianças sempre utilizadas pelos adultos:

Tais práticas eram para gerar vergonha na criança punida, e tinha a função de servir como exemplo aos demais, para aprender quais ações deveriam ser rejeitadas. Deste modo, podemos apontar a vergonha como uma alteração nos mecanismos utilizados para punição no interior da escola e para ter o controle (p. 108-109).

Alguns mecanismos destes são bastante eficazes para gerar a formação necessária e chegar a um fim desejado. Para Elias (1993), é por meio destes aspectos da convivência social, coerção e controle, nos quais os indivíduos estão inseridos durante a infância, que resulta sua personalidade, e também sua relação entre o ego, o superego e o controle da libido constituídos na infância, portanto “o equilíbrio resultante entre essas instâncias controladoras e as pulsões, em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com outras” (p. 205), assim as relações na instituição, as interações com as outras crianças e adultos são fundamentais na formação da criança.

As práticas destacadas por meio das pesquisas empíricas fizeram das instituições educativas, espaços de formação e civilização das crianças, demonstrando um ideal civilizatório, expansionista e militar, especialmente no período pesquisado por nós. Inicialmente, buscando um modelo de indivíduo que respondesse ao padrão de comportamento e educação esperado, de acordo com os preceitos vigentes. Entretanto, podemos inferir que as ações advindas do universo adulto na coerção da criança, visava resultados possíveis de verificar a curto prazo, pois, os adultos assim como ordenavam também recebiam ordens, tanto sociais como profissionais na lida cotidiana. E com a criança não é possível prever os efeitos da coerção a longo prazo os efeitos que poderão ocorrer na vida dos indivíduos, Elias (1993, p. 204) nos ajuda a compreender tal aspecto: “sob o disfarce do que os adultos pensam e planejam, as relações que se formam entre eles e os jovens criam funções e efeitos na personalidade destes últimos que eles não pretendem e a que mal conhecem”, ou seja, as relações são processuais, previstas e organizadas, embora elas não

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

possam ter seus resultados totalmente previsíveis portanto são processos e estão em constante transformações.

Nessa perspectiva, as relações estabelecidas no âmbito das instituições educativas fazem parte do processo para internalizar modos e costumes, ao que nos lembra Elias (2011), simples atos cotidianos como pentear os cabelos e amarrar os sapatos que são realizados de uma maneira quase que automática é parte de um processo no qual a sociedade esteve envolvida ao longo de seu processo de desenvolvimento, pois “a ‘civilização’ a qual estamos acostumados a considerar como uma posse que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como vimos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós mesmo estamos envolvidos” (p.70).

Algumas considerações

As pesquisas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação e Processo Civilizador (GPEPC), nos possibilitam compreender as ações educativas no município de Dourados/ MS para formação do indivíduo civilizado. As práticas educativas cotidianas destes espaços de formação da infância em diálogo com conceitos Eliasianos propiciam reflexões acerca das pretensões, designações e usos de tais práticas, situando a instituição educativa como uma figuração social, e, portanto, civilizadora da infância. Assim, o processo de ensino utilizado nas instituições educativas determina o modo de agir e pensar dos indivíduos. No caso das práticas relativas as instituições de Dourados/MT entre os anos de 1965 a 1975, nossos apontamentos vão em direção a uma formação propagada pelos ideais civilizatórios de expansão demográfica e política existente no período.

Compreendemos, que neste movimento tanto a sociedade quanto os indivíduos se modificam com o passar do tempo em relação a suas aprendizagens e ensino, transformam os seus modos de ser, pensar e seus comportamentos, a contar com as relações de interdependência e poder as quais estão envolvidos. Deste modo, o processo civilizador segue cegamente o seu curso (ELIAS, 1993), em meio as relações e influências sociais. Assim, a luz das teorias de Elias pudemos compreender as redes e funções das relações interdependentes e os aspectos de civilidade que se encontram presentes nos processos civilizadores do indivíduo, formando o que Elias chama de uma Sociedade de Indivíduos.

Referências

BOTO, C. A racionalidade escolar como processo civilizador: moral que captura almas. *Rev. Portuguesa de Educação*, Portugal, v. 23, n. 2, p. 35-72, jul/ago. 2010. Disponível em: <<https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/13986>>. Acesso em: 6 mai. 2021.

BRASIL. *Lei Complementar nº 31*, de 11 de outubro de 1977. Cria o estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm. Acesso em: 17 abr. 2021.

CUNHA, L. A. *O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira*. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v35n127/v35n127a02.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2021.

CRUZ, G. A. da. *De Criança a Aluna: memórias da infância e da escolarização de professoras (1930-1970)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

Dourados/ MS.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II. 1993.

ELIAS, N. *A civilização dos pais*. Revista Sociedade e Estado. v. 27, n. 3, p. 469-493, Set./Dez. 2012.

ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar 2. ed. 2011. vol. 1.

FERREIRA, A. S. *Educação e Fronteira Sul-Mato-Grossense (1889-1943): análise a partir da historiografia regional*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados/ MS.

KOCHI, J. C. dos S. “*Escola Modelo de Língua Japonesa de Dourados-Ms*”: movimentos, histórias e memórias de mulheres. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados/ MS.

KUSMINSKI, V; FARIA, A. H. de; SARAT, M. *A Escola como Instituição Civilizadora: história e memória do Grupo Escolar (1970 – 1974)*. Revista Eletrônica Documento/Monumento, Cuiabá, vol. 28, n. 1 (Jul 2020), p. 403 – 419. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antecedentes/revista-dm-28.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2021.

MONTEIRO, J. da S. *O Patronato de Menores de Dourados – MT/MS: Cultura escolar e Estratégias da Ação Social Franciscana (1950-1983)*. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados/MS.

REAL, G. C. M.. *Educação infantil: políticas públicas e ação institucional*. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS.

ROBERTO, L. A; SANTOS, G. L. da S. *História, Cultura Científica e Curadoria Digital: o percurso brasileiro até a arena digital*. Revista Eletrônica Documento/Monumento, Cuiabá, vol. 28, n. 1 (Jul 2020), p. 438 – 462. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antecedentes/revista-dm-28.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2021.

SANTANA JÚNIOR, Jaime Ribeiro. *Formação territorial da região da grande Dourados: colonização e dinâmica produtiva*. Geografia – v. 00, n. 0. jan/jun – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2367>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SARAT, M. *A Infância e a formação civilizada do indivíduo: leituras de Nobert Elias*. In: XIV Simpósio Internacional Processos Civilizadores: Civilidade, Fronteira e Diversidade, 2012. Dourados. *Anais...*: Dourados, MS: UFGD, 2012. Disponível em:

¹ UFGD, pri_dsv@hotmail.com

² UFGD, vanessakusminski1@gmail.com

³ UFGD, MagdaOliveira@ufgd.edu.br

http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais14/arquivos/mesa_coordenada.html.
Acesso em: 6 mai. 2021.

SARAT, M; CRUZ, G. A. A criança e sua educação: história e cultura contemporânea. In: SARAT, M.; TROQUEZ, M. C. C; SILVA, T da. (Orgs.) *Formação Docente para a Educação Infantil* - experiências em curso. Dourados: UFGD, 2018, p. 11-30.

SILVA, L. C. da. *Trajetórias de Formação de Professoras da Infância na Fronteira de Ponta Porã/BR e Pedro Juan Caballero/PY*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Grande Dourados/ MS.

VEIGA, C. G. *A civilização das crianças pela escola (Brasil, Século XX):* questões teóricas e conceituais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR: Civilização e Contemporaneidade. 12, 2009, Recife. Anais... Recife: UFPE, 2009a. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/mesas_redondas/MR_Veiga.pdf. Acesso em: 6 mai. 2021.

VEIGA, C. G. O processo escolarizador da infância em Minas Gerais (1835-1906): geração, gênero, classe social e etnia. In OLIVEIRA, Lindamir e SARAT, Magda (orgs.) *Educação infantil: história e gestão educacional*. Dourados, MS: UFGD, 2009b.

PALAVRAS-CHAVE: Processo Civilizador, Espaços Civilizadores, Infância